

# **CADERNO DE APRESENTAÇÃO**

**FEDERAÇÃO DE ESTUDANTES DE  
AGRONOMIA DO BRASIL - FEAB**

**feab.wordpress.com  
@feabrasil**



**FEAB**

# SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>3</b>
<b>História da FEAB .....</b>	<b>4</b>
<b>Agronomia no Brasil .....</b>	<b>9</b>
<b>Linha de ação da FEAB .....</b>	<b>14</b>
<b>Organização da FEAB .....</b>	<b>18</b>

# **INTRODUÇÃO**

Olá, preparamos esse caderno de apresentação para você que está agora iniciando sua participação na FEAB. Aqui apresentaremos de forma resumida a história da nossa Federação, nosso programa de atuação, nossa organização interna e nossas relações com outras ações e movimentos populares.

Portanto, esperamos que este material ajude no entendimento para você que está chegando agora e conhecendo nosso movimento. Este é apenas um dos primeiros passos na sua formação dentro da Federação, esperamos que continue conosco nos espaços de debate e discussão pela construção de uma universidade de qualidade para todos.

# HISTÓRIA DA FEAB

A história do movimento estudantil de agronomia se confunde com a história da própria formação de profissionais de agronomia no Brasil. Nossa organização nasce das contradições existentes entre essa formação e a complexidade da realidade rural brasileira.

O primeiro curso de agronomia do Brasil foi fundado em 1879, em São Bento das Lages, atualmente sediado em Cruz das Almas, na Bahia. No período, vivia-se o fim do sistema escravista de produção, o que era visto pela oligarquia rural como ameaça à produção de suas fazendas, que na época eram na maioria de cana e café e se utilizavam de mão de obra escrava. Começa a ser introduzido nesse período também as novas tecnologias importadas da revolução industrial na Europa. Esse novo ciclo tecnológico traz algumas dificuldades operacionais para o setor rural no Brasil, demandando mão de obra qualificada, surgindo a agronomia no país. Pouco tempo depois, através do desenvolvimento da ciência química, surgem os fertilizantes.

Portanto, no seu primeiro meio século, a agronomia no Brasil possui o papel de formar profissionais para o incremento da produtividade nos latifúndios através do manejo extensivo das culturas agrícolas da época, com aplicação da química (fertilizantes) e da mecânica (máquinas e implementos). Esse paradigma, sem muitos comentários, permanece até hoje.

Já no início do século XX, diversos movimentos no campo brasileiro, como a Guerra do Contestado e o Cangaço, mostraram o resultado da desigualdade social promovida por anos de concentração de terras, de espoliação dos

trabalhadores e dos pequenos produtores. No entanto, é só a partir de meados dos anos 40 que as primeiras organizações de trabalhadores do campo começam a ser formadas. As chamadas Ligas Camponesas buscavam reunir os trabalhadores rurais, em diversas regiões do Brasil, em associações e sindicatos rurais na luta por direitos de acesso à terra, reforma agrária e melhores condições de trabalho.

Nesse contexto, por volta de 1951, estudantes de agronomia juntamente com estudantes de medicina veterinária formaram a União dos Estudantes de Agronomia e Veterinária do Brasil (UEAVB), na qual realizaram em conjunto os Congressos Nacionais dos Estudantes de Agronomia e Veterinária até 1953. Desde o começo a preocupação era a organização da classe de estudantes para discutir seus problemas e defender seus interesses perante as escolas de agronomia e as autoridades do governo.

Em 1954 foi realizado o primeiro congresso organizado somente por estudantes de agronomia, o I CBEA (Congresso Brasileiro de Estudantes de Agronomia). O evento contava com espaços para valorização da cultura, apresentação de trabalhos científicos, prática de esportes e espaços para discussão da qualidade do ensino dos cursos de agronomia e da reforma agrária. Somente em 1955, durante o II CBEA que fundou-se o Diretório Central dos Estudantes de Agronomia do Brasil (DCEAB) que atuou na organização de estudantes de agronomia até o período de 1968.

Desde de 1964, o DCEAB sofreu duras repressões com o golpe militar no Brasil. Em 1968, a organização caiu na ilegalidade com a promulgação do Ato Institucional nº5 (AI-5), que proibia a reunião de pessoas para fins de organização política.

Dessa forma, como aconteceu com outros movimentos, líderes estudantis são presos e documentos históricos são roubados e perdidos. Os poucos encontros entre estudantes aconteciam secretamente.

Até 1971 as atividades do movimento estudantil de agronomia ficaram interrompidas. É somente a partir de 1972 que durante a realização do 15º Congresso Nacional de Estudantes de Agronomia (CONEA), em Santa Maria-RS, que o movimento estudantil de Agronomia recupera sua organização e articulação nacional, através da fundação da Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), até hoje a entidade máxima de representação estudantil de agronomia no Brasil.

Nesse mesmo período, o desenvolvimento da química fina na agricultura dá entrada para os agrotóxicos e as novas descobertas na genética permitem uma nova escala de aprimoramento de sementes, mudas e matrizes. Estava constituída a base tecnológica de um novo ciclo de desenvolvimento agrícola e se deu início a chamada Revolução Verde. A genética, a química e a mecânica constituíam-se na essência das tecnologias vendáveis ao setor rural sendo que a indústria multinacional era e ainda é a detentora da produção dessas novas tecnologias.

O Brasil, integra essas novas tecnologias e passa a priorizar um modelo de desenvolvimento altamente dependente de capital e de tecnologia de ponta, com a produção prioritariamente destinada à exportação. Isso foi feito em detrimento da produção de alimentos para o mercado interno. Foi privilegiada a propriedade empresarial em detrimento da propriedade familiar, a tecnologia multinacional em detrimento de uma tecnologia compatível com a nossa realidade, o uso intensivo e

irracional dos recursos naturais em detrimento de um manejo ecológico desses recursos. A prioridade, enfim, foi o crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento social. Essa inter-relação campo e indústria forma o atual complexo agroindustrial. Seus defensores gostam de chamá-lo de "agronegócio" (agribusiness). Nele o homem do campo, principalmente a pequena propriedade familiar, não tem vez.

Desde sua fundação, os debates pautados pela FEAB se centralizam na agricultura alternativa em oposição ao agronegócio, iniciação científica, extensão rural, currículo e formação profissional. Foi através da FEAB e pelo protagonismo dos estudantes de agronomia organizados que importantes vitórias foram sendo acumuladas, como o fim da Lei do Boi nos anos 80, que garantia uma cota de 50% das vagas nos cursos de agronomia para filhos de latifundiários. Foram os profissionais da agronomia através de suas representações lideradas pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos (FAEAB), e os estudantes de agronomia, através da FEAB, que comandaram uma luta de amplitude nacional para alterar o ensino de Agronomia no país. Após seis anos, uma conquista inédita, foi aprovado em 1984 o novo currículo mínimo da agronomia.

A FEAB também esteve e está há muitos anos, atuando nos debates da União Nacional do Estudantes (UNE), a entidade representativa do movimento estudantil no Brasil. A UNE possui um grande legado de ter protagonizado uma série de lutas históricas dos estudantes brasileiros em seus mais de 70 anos, como a campanha do petróleo é nosso, as Diretas Já e o Fora Collor. Nossa presença é necessária na perspectiva de fortalecimento na construção das entidades estudantis, pois ali temos a oportunidade de aprofundar nossos debates sobre

educação e universidade e fortalecer a rede do movimento estudantil brasileiro. Contribuindo também para que a própria UNE se fortaleça e cumpra de fato seu papel histórico de organizar os estudantes e lutar pela garantia e melhora da educação pública. A atuação conjunta e integrada do movimento estudantil permite que possamos dar respostas a altura dos desafios que estão colocados na atualidade: dialogar com estudantes e construir um novo modelo de universidade.

Chegando a importantes momentos no seu processo histórico, a FEAB é uma das articuladoras da criação da Confederação Caribenha e Latino Americana de Estudantes de Agronomia (CONCLAEA), fundada em 1992, em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia.

A FEAB também possui uma histórica aproximação com os movimentos sociais do campo como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento Camponês Popular (MCP), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e muitos outros, compondo também a Via Campesina no Brasil.

# **AGRONOMIA NO BRASIL**

A agronomia, no modelo pedagógico adotado, inserida no contexto das relações sociais de produção, foi e ainda continua sendo alienada e aliada do capital, onde o agrônomo, o pequeno agricultor e os recursos naturais são apenas "meio" para a obtenção de maiores lucros. A agricultura deixou de ser um modo de vida e passou a ser unicamente um meio de vida.

Nunca, na história da agricultura, houve tantos avanços tecnológicos e tantos profissionais formados na área como nesses últimos anos e, no entanto, contraditoriamente, nunca houve tantos problemas ecológicos e sociais como agora. Destacamos a volta do Brasil para o mapa da fome e a destruição de biomas como Amazônia, Cerrado e Pantanal, tudo isso enquanto o agronegócio alcançou recordes seguidos de produção. Não é possível continuar fazendo apologia à ciência moderna achando que o desenvolvimento científico e tecnológico por si só pode libertar a "humanidade" da miséria. Fica cada vez mais evidente que se deve buscar uma análise histórica e concreta da ciência e da técnica como produtos de relações sociais determinadas.

A postura da escola, diante das relações sociais de produção, pode ser de doutrinar, ignorar ou desvelar a realidade. O normal é que as relações sociais decorrentes do modo de produção capitalista sejam reproduzidas pela escola, portanto, as desigualdades sociais tendem a se agravar. As escolas de agronomia no Brasil, com destaque nas últimas três décadas, têm doutrinado seus alunos a serem fiéis servidores do ingrato modelo econômico aplicado no campo, com resultados catastróficos para a ecologia e a sociedade.

É fundamental que estejamos rediscutindo o papel da Universidade e da Formação Profissional, seja em qual área for. Os estudantes mostraram ao longo da história, o quanto importante é quando se adere e lutam, a uma política que realmente atenda aos interesses de uma maioria.

A Agronomia no Brasil do seu início até hoje tem sido um campo da ciência, hegemonicamente, voltado aos interesses do latifúndio, da produção em monoculturas de commodities e do uso de agroquímicos e máquinas em grande escala, beneficiando grandes transnacionais estrangeiras. Esta dura realidade, para além do conteúdo de nossos estudos, se expressa também na forma de como é feita a produção do saber universitário. A estrutura organizativa das universidades baseada no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, orienta-se pela tese da indissociabilidade dos seus três pilares a serviço do desenvolvimento da sociedade, o que até este momento não tem deixado de ser uma mera tese.

O processo de formação profissional e construção do conhecimento demonstram uma construção acrílica e descompassada da realidade sociopolítica em que estamos inseridos. Estudantes acabam se tornaram máquinas de decorar com pouco raciocínio e os professores se tornaram os “donos” de todo o saber existente e o narram da maneira menos emocionante, mais retórica, estática e cartesiana possível. Juntos, os mesmos fazem uma dita pesquisa que, na maioria das vezes, se resume a um monte de papel disponível à humanidade, amontoado no fundo de uma biblioteca, no quinto andar de um prédio, onde tanto os professores quanto os estudantes fingem viver o mais profundo conhecimento, mesmo sabendo que na prática a maioria do que dizem não faz parte da vida real da maioria dos e das agricultoras.

O ensino universitário de hoje segue a lógica de toda a educação na sociedade capitalista, ou seja, a lógica de se aumentar industrialmente o número de informações dominadas pela maioria da população, tornando objetivo da maioria de trabalhadores os objetivos de uma minoria privilegiada da sociedade, processo este que ocorre de maneira verticalizada, o que custa em não desenvolver nas pessoas a sua capacidade crítica. Isso acontece na forma do que Paulo Freire chamou de prática da educação bancária, marcada por três características essenciais:

1- A narração de conteúdos que, por isto mesmo, tendem a petrificar-se ou a fazer algo quase morto, sejam valores ou dimensões empíricas da realidade. Narração ou dissertação que implica num sujeito – o narrador - e em objetos pacientes, ouvintes – os educandos.

2- Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio a experiência dos educandos.

3- O educador aparece como seu indiscutível agente, como seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é encher os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação.

A palavra nestas dissertações se esvazia da dimensão concreta que deveria ter ou se transforma em verbosidade alienada e alienante. (FREIRE, 2006).

Essa forma de ensino expõe uma lógica pouco emancipatória na educação brasileira, onde o conhecimento não é construído de maneira crítica e plural pelos diversos agentes envolvidos no processo educacional. Necessitando da atual estrutura pouco agradável de “ter aulas”, onde estudantes sentam em fila e permanecem ouvindo o professor em pé, com seu melhor amigo, o retroprojetor (ou datassono). O maior exemplo disso é o caráter pedagógico colocado dentro de sala de aula, onde na maioria das vezes temos um professor ou professora dissertando sobre teses que têm pouco a ver com as reais demandas da agricultura, durante duas ou três horas e no fim da aula ter uns 5 a 10 minutos de perguntas. Isso condiz também, com o fato de estudantes terem obrigatoriamente que serem avaliados por provas carregadas de “decorebas”, onde se avalia muito pouco ou nada a capacidade desse estudante agir sobre determinada situação da vida profissional, transformando o estudo individual em uma grande perda de tempo, pois poucos dias depois da prova ninguém lembra mais de nada.

Já a pesquisa nas instituições se depara, em grande parte, sobre duas vertentes em nossa área: a de adaptar ou validar tecnologias de grandes empresas transnacionais à realidade brasileira; e a de produzir uma enorme quantidade de papel acrílico para que, quem sabe daqui a alguns anos, alguém o ache no fundo de uma biblioteca e transforme em algo útil para a agricultura. Nos dois casos essa pesquisa serve pouco ou quase nada para resolver os reais problemas da sociedade, o conceito de conhecimento socialmente útil passa longe da maioria da pesquisa universitária.

Por fim, o último tronco do que deveria ser o tripé, o “patinho feio” da universidade, a extensão universitária, que ou nunca

chega à sociedade, ou chega de maneira precária ou meramente assistencialista. A extensão universitária além de ser pouco valorizada e de ter pouco investimento, por conta da lógica de ensino atual, quando existe é difusionista. Ou seja, guardando as marcas da velha extensão, que tem como pressuposto a ideia de que a universidade é o grande centro do conhecimento e o resto do mundo precisa ser iluminado por esse conhecimento, levando sempre receitas, normas, regras e métodos prontos que partem de estudos focados em ambientes artificiais e não condizem com a realidade dos ambientes naturais, pouco ajudando em algum tipo de mudança na agricultura. Agindo geralmente somente na aparência dos problemas, com quase nenhuma continuidade temporal e sem entender a verdadeira realidade. Esta infelizmente é a maioria da extensão universitária brasileira, quando não se resume a cursos e/ou workshops.

Apesar da educação no Brasil, no ensino superior, mais especificamente, terem conseguido avançar em mudanças importantes nos últimos anos, pouco se fez de verdade das mudanças estruturais que são necessárias para oferecer à sociedade e aos estudantes um real desenvolvimento e aprimoramento do conhecimento público com vistas à produção ecológica e socialmente integrada. Foi, no entanto, justamente durante os governos progressistas que o cenário de privatização do conhecimento público foi aprofundado. Com o estímulo à produção de patentes e a entrada de empresas privadas nas instituições públicas de ensino e pesquisa, facilitando a subordinação de sua infraestrutura e recursos humanos aos interesses privados. Nisso o que se vê é o progresso da ciência e tecnologia regido cada vez mais pelo capital.

# **LINHA DE AÇÃO DA FEAB**

A linha de ação da FEAB está centrada em um programa que se dá pelo conjunto de pautas, bandeiras e objetivos que defendemos na luta político-econômica. Ou seja, das condições de vida e do poder de estudantes e da classe trabalhadora como um todo, no rumo de sua luta para a construção do Poder Popular, da Revolução Universitária e da Revolução Agroecológica no Brasil e no mundo, como meios para alcançarmos uma sociedade mais justa.

## ***A CONSTRUÇÃO DA UNIVERSIDADE POPULAR AGROECOLÓGICA***

Diante de tudo que foi apresentado até agora é difícil não se perguntar se existe uma saída para os problemas da educação no Brasil e essa pergunta é corriqueira. A maioria, ao se indignar com a situação precária e medíocre que nos encontramos, se pergunta sobre isso e geralmente acomoda-se e contenta-se, ficando com as velhas expressões: “sempre foi assim”; “tá uma droga mas tem que ser assim”; “não vai mudar mesmo, eu vou me formar logo e ganhar a minha vida”. Essas e outras formas de reduzir o sentimento de derrota ou de insuficiência é muito comum nos corredores das universidades, ou nos laboratórios de pesquisa, quando os bolsistas estão exauridos de trabalhar para aumentar o seu “Lattes”.

Outros, e não são tão poucos assim, deixam as cadeiras das universidades e vão fazer outras coisas, sendo geralmente, de maneira muito preconceituosa, tachados de vagabundos, preguiçosos ou incapazes. Ao fim e ao cabo, a maioria de nós estudantes se dá por conta da situação da qual falamos, mas a maioria se rende às “regras do jogo”, e acaba guardando seu descontentamento.

Acreditamos que isso se explica por dois motivos. Um é que vivemos em um mundo dominado pela ideologia burguesa, que através do neoliberalismo propaga o extremo individualismo, a culpabilização individual e a competitividade, onde tudo força o estudante a aceitar “as coisas como elas são” ou se culpar. O outro é o fato dos que não se acomodam terem dificuldade de abrir um caminho coletivo, exatamente pelo cansaço e exaustão já promovidos pelas intensas cargas horárias de disciplinas, estágios e atividades do cotidiano, o que dificulta até mesmo a leitura de um documento como este apresentado.

Mas voltemos à pergunta, existe saída? Em nossa avaliação, sim. O caminho não é curto e passa pela organização de estudantes para contrapor o modelo de formação que temos. Passa também, para além de contrapor o modelo atual, por construir propostas concretas que mudem essa dura realidade, rumo à formação que queremos. Uma formação que permita ao estudante se entender e entender o mundo onde vive, compreender melhor a dinâmica da natureza e ter capacidade de formulação e transformação da realidade. Por uma formação profissional com consciência ecológica e social!

O que estamos apresentando não é um fim em si mesmo, é a parte inicial do que chamamos de construção do caminho coletivo. Não pretendemos apresentar soluções prontas, mas abrir um debate profundo sobre uma revolução na forma de construir o saber na Universidade.

Dentro desse debate defendemos o rompimento com a lógica do capital na educação e a não mercantilização da educação, tendo o ensino, a pesquisa e a extensão baseadas no conhecimento crítico sobre a realidade histórica do desenvolvimento da técnica e da ciência

e das necessidades do povo brasileiro e da classe trabalhadora, em um empenho para estreitar os laços entre universidade e a sociedade. Propomos o resgate dos conhecimentos tradicionais, entendendo que a construção do saber se dá a partir da complementação do saber tradicional e sociocultural com o científico. Defendemos a estatização das instituições de ensino e o fim da política de austeridade e um amplo financiamento público para a educação, na via de combater a precarização do ensino. Nos posicionamos em favor da universalização de todos os níveis da educação e no fortalecimento da expansão das políticas de permanência. Almejamos construir com os movimentos sociais uma universidade popular que transforme profundamente a estrutura educacional onipresente de internalização mistificadora por uma alternativa concreta e abrangente para a população brasileira, entendendo o papel da extensão universitária nesse processo. Também nos colocamos pelo fim da departamentalização e o modelo de educação a distância que tem aumentado nos últimos anos.

Reivindicamos um primeiro passo, o de imergir as universidades na realidade concreta do povo brasileiro e fazer com que as instituições se aproximem do cumprimento da sua função social, integralizando o tripé do ensino, pesquisa e extensão, onde o esqueleto do processo seja o ato de pensar soluções concretas para problemas concretos e não mais passar os dias em uma sala de aula refletindo sobre uma realidade que não se conhece.

Afirmamos que queremos uma formação que seja crítica à forma destrutiva da agricultura em nosso país, que destrói as riquezas naturais e expulsa os agricultores da terra, queremos futuros profissionais com consciência ecológica e social.

Nisso entendemos como consciência o ato humano de antever o resultado de suas ações, mas também de poder entender seu papel histórico de transformação. Compreendemos por ecológica a necessidade urgente de que possamos parar o acelerado processo de destruição da natureza e pensar uma agricultura que contemple a preservação da biodiversidade e um manejo consequente do meio ambiente. Por fim, social porque o ser humano constrói sua vida em sociedade, mas também porque acreditamos que a sociedade de hoje precisa dar um salto qualitativo na direção de um mundo justo, fraterno e solidário onde impere o poder e a liberdade do povo brasileiro.

Baseando-se em experiências das lutas históricas dos movimentos sociais no Brasil, defendemos que a Extensão Universitária seja atividade obrigatória e articuladora da integralidade do Ensino e da Pesquisa, para que estes se construam de forma orientada na real condição sociocultural em que a universidade e o estudante estão inseridos. Queremos que os estudantes tenham no seu currículo atividades de solução e enfrentamento dos problemas, na busca da transformação da realidade da agricultura brasileira, na defesa da soberania popular, da produção camponesa e da produção ecológica.

Acreditamos que assim poderemos dar um passo para que a universidade brasileira cumpra sua função social, para que os estudantes sejam profissionais críticos e capacitados e para que a agricultura brasileira possa parar de bater tristes recordes, como o do êxodo rural ou do consumo de agrotóxicos.

# **ORGANIZAÇÃO DA FEAB**

A organização interna da FEAB é definida pelo estatuto da Federação e por isso recomendamos a leitura deste documento que se torna imprescindível para quem está chegando e começando a participar do movimento. É possível encontrá-lo na íntegra no site da Federação.

## ***AS ENTIDADE DE BASE***

Todos estudantes que participam da FEAB devem estar inseridos em alguma entidade de base. Esse é o organismo que funciona como intermediário entre a base do movimento, formada pelos militantes organizados em sua escola de atuação local e o planejamento geral da Federação.

A atividade das entidades de base se dá através do trabalho de base direto e através da organização da própria FEAB, dada as disposições congressuais, podendo deliberar atividades, como eventos, panfletagens, grupos de discussão, debates, entre outras coisas que reflitam as necessidades locais.

## ***COORDENAÇÕES REGIONAIS***

As Coordenações Regionais (CR's) da FEAB funcionam como ligação entre as entidades de base de cada escola e a Coordenação Nacional. São eleitas no CONEA e é de sua atribuição organizar o funcionamento da FEAB em cada regional, como a realização de eventos e o contato com movimentos sociais na região, prestar assistência às entidades de base da regional, garantir o repasse das deliberações tiradas no CONEA e coordenar a Plenária Regional de Entidades de Base (PREB) da sua respectiva região.

Para fins de organização, as regionais são:

CR I - RS

CR II - PR e SC

CR III - ES e RJ

CR IV - MT e MS

CR V - PE, RN, PB e CE

CR VI - PA e AP

CR VII - SP

CR VIII - BA, AL e SE

CR IX - MA e PI

CR X - GO, DF e TO

CR XI - AC e RO

CR XII - AM e RR

CR XIII - MG

### ***A COORDENAÇÃO NACIONAL DA FEAB***

A Coordenação Nacional da FEAB (CN) é a instância que dirige a Federação e que é responsável por executar o trabalho da organização em nível nacional. A CN é escolhida a cada CONEA, sendo sua tarefa elaborar, planejar e definir as diretrizes políticas que orientarão os trabalhos e a linha de ação da entidade, de acordo com as deliberações congressuais. Também está encarregada da execução e coordenação da Plenária Nacional de Entidades de Base (PNEB), além de fomentar a articulação a nível nacional com as entidades profissionais de agronomia e os movimentos populares.

A CN conta também com os Núcleos de Trabalho Permanente (NTP's), que tem como tarefa o acompanhamento das frentes de atuação da FEAB, estudando cada área e auxiliando em processos políticos locais. São formados por membros do movimento escolhidos a cada CONEA.



**[feab.wordpress.com](http://feab.wordpress.com)**

**@feabrasil**